

PRODUÇÃO DE INSTRUMENTOS PARADIDÁTICOS PARA INTRODUÇÃO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA NAS ESCOLAS: O CASO DO VÍDEO “JUVENTUDES NEGRAS PERIFÉRICAS”.

Elias Costa; Instituição: PACEP
eliascostaiff@hotmail.com;

Alexon Messias da Rocha; Instituição: PACEP
alexonmessias@gmail.com;

Cícero Santiago de Oliveira; Instituição: PACEP
santiagohistoria@gmail.

Agência Financiadora: PROLICEN/UFSM.

8. Contribuições dos Movimentos Sociais para a educação dos trabalhadores: crianças, jovens, adultos e idosos (espaços formais e não formais).

Resumo: O presente trabalho apresenta os resultados parciais do Projeto “Ensino da História e Cultura Afro-brasileira: construção de materiais paradidáticos”. Tal empreendimento é uma iniciativa do Práxis - Coletivo de Educação Popular, em parceira com o Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria, o Museu 13 de Maio e a Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul, através da 8ª Coordenadoria Regional de Educação. Apresentando como objetivos mapear experiências referências e propor instrumentos didáticos de apoio para as escolas de Ensino Básico de Santa Maria no que tange a implementação da Lei nº 10.639. Após avaliação de algumas experiências de práticas de ensino da referida temática na Rede Estadual de Ensino, optou-se pela criação de vídeos paradidáticos que objetivam contribuir com as práticas de ensino de História, através de uma abordagem metodológica de cunho dialógico. Finalmente, apresentamos o atual estágio da referida produção e destacamos os obstáculos e impressões que viemos tendo da experiência.

Palavras-chave: História e Cultura Afro-brasileira; Vídeos paradidáticos; História Local.

Apresentação

Desde o início da vigência da Lei nº 10.639, em 2003, a temática afro-brasileira se tornou obrigatória nos currículos do ensino Fundamental e Médio. Ao mesmo tempo, uma série de estudos vem demonstrando que, apesar disso, a maioria dos alunos ainda não conhece a contribuição histórico-social dos descendentes de africanos ao país.

Este fenômeno é produto de uma série de gargalos relacionados à temática como, além de outros fatores, à formação de professores e a produção de instrumentos

didáticos que potencializem as experiências que muitas escolas já desenvolvem. O presente artigo apresenta os resultados parciais do projeto “Ensino da História e Cultura Afro-brasileira: construção de materiais paradidáticos”, que se insere em um esforço coletivo, desenvolvido por uma série de entidades ligadas ao Movimento Negro, grupos de Educação Popular e órgãos dos sistemas educacionais públicos brasileiros que vêm procurando superar tais obstáculos.

Tal empreendimento teve origem em Janeiro de 2012, durante o planejamento anual dos trabalhos do Práxis – Coletivo de Educação Popular.¹ Naquela oportunidade, ao discutirmos as práticas didáticas relacionadas a História e Cultura Afro-brasileira, na perspectiva da Educação Popular, avaliamos que a sua qualificação no Práxis e nas escolas de Ensino Básico, encontravam na articulação entre estas, os movimentos sociais e universidades instrumento estratégico – e que tais ações conjuntas careciam de instrumentos pedagógicos específicos.

O trabalho que ora compartilhamos apresenta os resultados da experiência que viemos desenvolvendo, e que têm como produto a criação do curta-metragem “Juventudes Negras Periféricas”. Em um primeiro momento, o texto traz para reflexão alguns elementos relacionados à história e ao perfil dos materiais didáticos no Brasil para, em seguida, discutir o método e as particularidades do projeto “Ensino da História e Cultura Afro-brasileira: construção de materiais paradidáticos”. Finalmente, esboçamos algumas considerações acerca do atual estágio do desenvolvimento da experiência.

1 Materiais didáticos no Brasil: entre o nacional e o regional

Convencionalmente tem-se identificado o Estado Novo como o marco inicial para o estudo das políticas do Livro Didático no Brasil devido à evidência de que foi neste período que, pela primeira vez, foram criadas políticas dirigidas especificamente aos livros-texto, centralizando do ponto de vista da política estatal tal discussão. Data de 1937 a criação do Instituto Nacional do Livro Didático, ao qual foi outorgada a

¹ O Práxis – Coletivo de Educação Popular é um movimento educacional criado em Santa Maria, Rio Grande do Sul, em 1999, por um grupo de estudantes de licenciatura da UFSM. Desde então, tal grupo empreende uma série de ações que objetivam articular os cursos de licenciatura da UFSM com os movimentos sociais populares da Região Centro do RS e das Escolas de Ensino Básico, tendo como referência a metodologia da Educação Popular. Embora a ação estratégica do movimento se centre em um pré-vestibular popular, registrado na UFSM como Projeto de Ensino, Pesquisa e Extensão, há registros de ações relacionadas a Economia Popular e Solidária; Gênero e Orientação Sexual; Mobilidade Urbana, entre outros. No caso da presente exposição, destacamos articulação com o Movimento Negro e a Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul em torno da discussão da prática da educação popular centrada na temática da História e Cultura Afro-brasileira.

função de definir o que deveria ou não ser considerado um livro didático, indicar textos para tradução e metodologias didáticas consideradas mais adequadas através de sua Comissão Nacional do Livro Didático.

A regulamentação de políticas que dirigem-se especificamente ao livro escolar, neste período, inserem-se não só em uma política educacional que privilegia o ensino profissionalizante, como em um projeto de estabilização da ditadura varguista através de um controle mais direto, por parte do Estado, sobre o processo educativo, principalmente através da instituição do ensino da disciplina de Moral e Cívica. Neste sentido, como evidência Bomeny (1984, p. 833) a centralização nas tomadas de decisão a respeito do livro didático pretendeu mais “um controle político ideológico que propriamente uma função didática”.

Freitag, Da Costa e Motta (1997) identificam, ainda, mais dois momentos na história das políticas educacionais no Brasil que, mesmo que de forma diversa, mantiveram a centralização a respeito dos livros-texto: 1) os acordos educacionais firmados durante a ditadura civil-militar entre os governos brasileiro e americano (MEC-USAID) e que incluíram a criação da Comissão Nacional do Livro Técnico e do Livro Didático (CLDTD); 2) a criação e a centralização das políticas de assistência do governo para os estudantes, na década de 1980, em torno da Fundação de Amparo ao Estudante (FAE).

Fruto da parceira MEC/USAID, a CLTD, que previa a distribuição gratuita de 51 milhões de livros didáticos, insere-se em um projeto que buscou a substituição das influências educacionais europeias, principalmente francesas, acusadas de fomentar o academicismo inútil e a demasiada politização, pelo modelo anglo-saxônico de escola-universidade. Para Romanelli (1978, p. 213), a parceria entre os governos brasileiro e americano configurou não só um controle ideológico sobre o sistema escolar, como privilegiou aos EUA no controle do mercado livreiro, uma vez que:

(...) ao MEC e a SNL, caberiam apenas responsabilidades de execução, mas aos órgãos técnicos da USAID todo o controle, desde detalhes técnicos de fabricação do livro, até os detalhes de maior importância como: elaboração, ilustração, editoração e distribuição de livros, além da orientação das editoras brasileiras no processo de compra de direitos de livros não brasileiros, vale dizer, americanos (ROMANELLI, 1978, p. 213).

No inicio da década de 1980, o processo de redemocratização foi acompanhado por um frutífero debate acerca do papel da educação na sociedade brasileira e influenciou uma inflexão das medidas governamentais para o livro didático. A partir de então, este passa a ser concebido essencialmente como uma assistência aos estudantes carentes, tornando-se um dos eixos das políticas públicas da área. Freitag, Da Costa e Motta (1997) chamam a atenção para a evidência de que embora a legislação não tenha previsto uma comissão específica, a seleção dos livros passou a ser feita pela FAE (Fundação de Amparo ao Estudante), onde a inclusão de novos títulos tinha entre os critérios o custo do produto. Com efeito, este tipo de política não só privilegiou a educação como fator de mobilidade social, como reafirmou o papel do Estado como o maior comprador de livros do país, adquirindo cerca de 60% da produção.

Aos três momentos decisivos na história das políticas do livro didático no País citados pelos autores, parece-nos conveniente acrescentar ainda a extinção da FAE, na década de 1990, e a transferência de suas atribuições para o Plano Nacional do Livro Didático (PNLD). A partir de então, ao programa foi outorgada a tarefa de avaliação dos livro-texto, que são apresentados como uma opção aos professores do País através do Guia dos Livros Didáticos, para depois serem adquiridos pelo governo.

Este processo vem desencadeando operações que envolvem grupos de professores universitários, funcionários do MEC, de editoras e dos Correios e Telégrafos e constitui-se nas seguintes etapas: 1) as editoras inscrevem-se no PNLD; 2) o MEC nomeia comissões de parecistas e estabelece critérios de avaliação; 3) os textos aprovados são apresentados às escolas através do Guia dos Livros Didáticos na forma de resenhas, sendo os reprovados mencionados, com justificativa para recusa; 4) os professores têm a liberdade de escolha restrita a seleção prévia do MEC; 5) o MEC adquiri os livros escolhidos e distribuí gratuitamente.

Pode-se dizer que as críticas a centralização atual giram em torno de questões metodológicas e operacionais do programa. Neste sentido, alguns estudos têm denunciado a natureza política da avaliação e da seleção, como também as pressões que as editoras praticam a fim de induzir as escolhas dos professores a determinados títulos

neste que já é o maior programa de distribuição gratuita de livros do mundo.² Neste contexto, convém situar os livros-didáticos também como um produto da indústria cultural de massas.

As editoras almejam conquistar o maior comprador do mercado, o Estado, e voltam sua editoração para os livros e autores que mais se aproximam dos Guias Curriculares oficiais. Assim, embora algumas políticas busquem dar aos professores e a comunidade escolar a possibilidade de escolha do material didático, na prática, a centralização persiste, orientada por uma lógica mercadológica, dado que os guias curriculares surgem como um horizonte político e pedagógico com pouca margem de manobra que aponte a autonomia, sendo as diferenças entre as obras disponíveis reduzidas.

1.2 Materiais didáticos regionalizados

Desde meados da década de 1970, o contrapondo as políticas centralistas, explícitas ou implícitas, têm reivindicado a democratização radical da produção do livro-texto, colocando os professores como autores de seus próprios materiais. O próprio MEC, nos anos 1980, deu suporte a alguns projetos que buscavam não só a elaboração de livros que se valiam não só da moderna psicologia da educação, fundamentados em aspectos cognitivos da percepção humana, como das características culturais locais, o que convencionou-se chamar de materiais didáticos regionalizados.

A partir dos anos 1980-1990 diversas experiências neste sentido vêm sendo desenvolvidas por grupos das mais diversas matizes políticas e pedagógicas. Entre eles, destacamos a Cartilha da Amazônia, desenvolvida no Norte do País, sob orientação da psicóloga Porto Witter; o projeto Alfa que, durante a década de 1980 trabalhou com comunidades carentes de São Paulo, sob coordenação de Ana Maria Popovic; e o Grupo de estudos sobre educação – Metodologia e Pesquisa ação, que a mais de 20 anos

² Para 2012, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) negocou da compra de 162,4 milhões de livros que serão distribuídas às escolas da rede pública. O custo total da aquisição foi R\$ 1,1 bilhão – a maior compra de livros já feita pelo órgão, que é uma autarquia do Ministério da Educação (MEC). O valor de cada exemplar adquirido para 2012 variou entre R\$ 5,45 e R\$ 28,94. O preço varia de acordo com o número de páginas da obra e a quantidade de exemplares encomendados. A Editora Ática será a maior fornecedora do PNLD 2012, com 33 mil exemplares, ao custo de R\$ 194 milhões. Em seguida, aparecem as editoras Saraiva, que receberá R\$ 205 milhões por 30,8 mil exemplares, e Moderna, com 30,6 mil publicações ao custo de R\$ 220 milhões. As menores fornecedoras são as editoras Fapi e Aymará, com 5 mil e 1,4 mil exemplares, respectivamente. Destacando que o referido orçamento inclui textos direcionados aos níveis Fundamental e Médio.

produz materiais didáticos para séries iniciais em Porto alegre, sob orientação de Esther Grossi.

De uma maneira geral, os projetos de produção regionalizada, no Brasil, vêm valorizando características históricas, sociais e culturais das localidades onde desenvolvem seus trabalhos, concentrando-se em processos de alfabetização de crianças carentes. Embora alguns grupos venham desenvolvendo projetos consistentes, algumas críticas vêm sendo realizadas no que se refere a demasiada valorização do vocabulário dialetal e das experiências culturais de determinados grupos sociais presentes nestes trabalhos, sem que estas sejam articuladas a dimensões mais globais, isto é, a uma visão de contexto.

2 Curta metragem “Juventudes Negras Periféricas”

A análise da trajetória do livro didático no Brasil evidência que o Estado e o mercado influenciam hegemonicamente os processos decisórios sobre os livro-texto. Ao contrário de outros países, como Alemanha e México, que nos anos 2000, ocorreu um debate entre escolas, universidades, sindicatos, movimentos sociais e associações de pais e alunos, no Brasil há a ausência de um dialogo, e mesmo de uma memória acerca deste tema entre os educadores. Nas últimas décadas, o desenvolvimento de projetos que buscam a elaboração de materiais didáticos regionalizados representam uma alternativa mais democrática e avançada em termos psicopedagógicos e sociais as políticas centralizadoras, fomentando o debate em torno da questão.

No entanto, a regionalização, enquanto concebida como valorização de aspectos históricos, culturais, sociais e, principalmente, dialetais, tem limitado suas experiências as atividades ligadas a processos de alfabetização. Para as séries mais avançadas do processo de escolarização sua produção e utilização parecem ser consideradas contraproducentes, já que nesta fase da escolarização o objetivo do processo educativo e do livro didático seriam apresentar de forma simples e lógica o corpo central de um dado componente curricular.

Ao mesmo tempo, consideramos que tais avaliações ignoram dois aspectos que nos parecem centrais, e que vêm sendo apontadas por diversas pesquisas: 1) os livros didáticos disponíveis pressupõe ou tendênciam práticas didáticas pautadas pelas

pedagogias Tradicional, Tecnicista ou de Competências e Habilidades, despotencializando, assim, ações de viés dialógico; 2) a riqueza das observações que diversos pesquisadores vem fazendo, relacionadas a invisibilidade de aspectos relacionados a História e Cultura de diversos setores da população, como afro-descendentes, japoneses, palestinos etc. (SILVA, 2005).

Foi a partir destas observações que, em Janeiro de 2012, o Práxis – Coletivo de Educação Popular, criou o projeto “Ensino da História e Cultura Afro-brasileira: construção de materiais paradidáticos”. Tal iniciativa partiu de uma constatação teórica, e de um aprendizado vivido, acerca do caráter estratégico de articular os movimentos sociais às universidades e escolas, a partir de instrumentos específicos.

Pierre Bourdieu, ao problematizar os desafios colocados aos empreendimentos que agregam setores das universidades e movimentos sociais argumenta que:

Os obstáculos sociais a tal aproximação não são menores do que aqueles que se erguem entre os diferentes movimentos ou entre os movimentos e os sindicatos: diferentes por sua formação e sua trajetória social, os pesquisadores engajados num trabalho militante e os militantes engajados em um empreendimento de pesquisa devem aprender a trabalhar em conjunto, superando todas as prevenções negativas que podem ter uns a respeito dos outros e desprezando as rotinas e os pressupostos associados ao pertencimento a universos submetidos a leis e lógicas diferentes, isso graças à instauração de modos de comunicação e de debate de um novo tipo (BOURDIEU, 2001, p. 70-71).

Estes elementos, observados tanto do ponto de vista prático quanto em dimensões de reflexão teórica, nos últimos 12 anos, nos estimularam a construir, no interior do Práxis, um Grupo de Práxis de Ensino, que funciona como um espaço de organização da mediação entre os participantes do Práxis (estudantes de licenciatura da UFSM e da comunidade de Santa Maria), os diferentes sistemas de ensino e movimentos sociais populares. Este grupo, assim, funciona como um Laboratório de Práxis de Ensino, onde se desenvolvem atividades de formação de educadores, experimentações práticas e produção de instrumentos didáticos acerca de diferentes temas, tais como: Educação e Relações Étnico-Raciais (Indígena e Afro-brasileira);

Educação Prisional; Educação Popular em Pré-vestibulares Populares; Educação Popular e Economia Popular e Solidária etc.

No que se refere à dimensão da temática da Educação e das Relações Étnico Raciais, o referido Laboratório tomou como prioridades o estudo de práticas pedagógicas específicas, particulares, desenvolvidas pelas comunidades indígenas e afrodescendentes de Santa Maria e região, em articulação direta com estas e com organizações de mediação, como por exemplo, o Museu 13 de Maio.³ e o Grupo de Apoio aos Povos Indígenas.⁴

O experiência que aqui apresentamos, assim, está vinculada a um objetivo específico relacionado ao Ensino da História e Cultura Afro-brasileira no Práxis e nas escolas de Ensino Básico de Santa Maria. Objetiva-se, sobretudo, a construção de um estado da arte das experiências didáticas que abordam estas temáticas em nossas escolas e o mapeamento de experiências referência e grupos e entidades de mediação com a comunidade negra para, a partir de sua sistematização, empreender a construção de instrumentos didáticos de apoio.

Para este empreendimento, assim, convidamos a contribuir como parceiros, o Museu 13 de Maio, através de sua Diretoria Técnica; e a 8^a Coordenadoria Regional de Educação, através de seu Grupo de Diversidade, vinculado ao Setor Pedagógico. De outra parte, o intuito de vincular o projeto ao PROLICEN, nos estimulou a escolher como acadêmicos do Curso de História da UFSM dois estudantes de licenciatura negros, cotistas, e organizados em grupos de estudantes negros do Movimento Estudantil, a saber, a Associação de Estudantes Negros da UFSM (AENUFSM) e o Coletivo Afronta.

O desenvolvimento deste projeto está estruturado em três eixos fundamentais, a saber: 1) empreendimento de um diagnóstico das estratégias construídas pelas escolas para a implementação da legislação; 2) análise das experiências e seleção de práticas referências, tomando como critério dimensões de método de ensino e nível de integração com a comunidade negra local e regional; sistematização e divulgação das experiências referências; 3) elaboração de instrumentos pedagógicos de apoio; 4)

³ O Museu 13 de Maio é um desdobramento do Clube Social Negro, criado em 1903, em Santa Maria. Este é um dos mais importantes centros de cultura Afro- do Estado do Rio Grande do Sul.

⁴ O Grupo de Apoio aos Povos Indígenas (GAPIN) foi criado em Santa Maria no primeiro decênio dos anos 2000 e apresenta-se como uma organização de mediação organicamente vinculado as comunidades Guarani e Kaigangue na Região Centro do Estado do Rio Grande do Sul.

experimentação e adequação dos instrumentos produzidos através da realização de oficinas.

Assim, iniciamos os trabalhos do projeto com um diagnóstico preliminar da 8ª Coordenadoria Regional de Educação que nos indicava que, em sua maioria, as experiências de introdução da História e Cultura Afro-brasileira se davam sobretudo através de ações do Programa Mais Educação. Estas se caracterizavam, sobremaneira, através da capoeira, rádios comunitárias e discussões sobre cinema.

Diante deste quadro, e entendendo que era necessário produzir um instrumento que colocasse a discussão relacionada a Cultura e a História Afro- no cotidiano das alas de aula, concluímos que deveríamos produzir um material que considerasse as condições de trabalho dos docentes (formação, tempo de planejamento das atividades, custo econômico) e dos educandos (atrativo, que dialogasse com a realidade vivida por estes). Tais elementos nos levaram a propor a construção de um curta-metragem paradidático, intitulado “Juventudes Negras Periféricas”.

O projeto parte de uma visão ampliada de material didático, entendendo este não só como livro-texto. De outra parte, do ponto de vista metodológico, entende que os próprios jovens negros de Santa Maria podem ser os agentes do debate acerca da História e da Cultura Afro-.

A este respeito, a participação do Museu 13 de Maio contribuiu com equipamento de gravação e seleção de jovens da comunidade afro- do município, que estão sendo entrevistados. Dentre estes encontramos haper's, cotistas, organizadores de escolas de samba, religiosos, dançarinos, militantes do movimento estudantil universitário etc. Atualmente nos encontramos em estágio de edição do material, que tem previsão de lançamento em novembro de 2012, nos Bairros e Escolas da cidade.

Considerações finais

A experiência que aqui relatamos, relacionada a produção do vídeo “Juventudes Negras Periféricas”, permite afirmar que a construção de experiências de Educação Popular nas escolas públicas encontra na articulação entre universidades, movimentos populares e as escolas uma dimensão privilegiada. Com os saberes e condições materiais de cada instituição, experiências ricas podem ser geradas, organicamente vinculadas a vivência dos educandos.

De outra parte, demonstra que a construção de materiais didáticos regionalizados não precisa se valer necessariamente do recurso ao livro-texto, mas também de outros instrumentos, tais como vídeos, blog's, rádios etc. estes instrumentos guardam particularidades importantes, quando consideramos o seu vínculo ao universo cultural das juventudes e o preço de produção.

Consideramos assim que, a experiência que vivenciamos, demonstra a viabilidade de construção de espaços de autonomia, diante das pressões exteriores que, no cotidiano da escola, acabam por tolher a autonomia política e pedagógica da comunidade escolar. Tais espaços, no entanto, para que sejam fortalecidos e de fato apontem para o método da educação popular, precisam ser construídos de maneira orgânica com os grupos que, na localidade, estão a desenvolver no “mundo da vida” os temas em questão.

Referências Bibliográficas:

- BOMENY, O. O Livro Didático no Contexto Educacional. In: OLIVEIRA, J.B *ET AL.* **A política do Livro didático.** São Paulo: Summus, 1984.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean C. **A Reprodução.** Elementos para uma análise do Sistema de Ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos 2** – estratégias para combater a avalanche neoliberal. São Paulo: Zahar, 2001.
- Brandão, Carlos Rodrigues. **A educação popular na escola cidadã.** Petrópolis, RJ : Vozes, 2002.
- _____(Org) (1986). **Pesquisa participante.** 6^a ed. São Paulo : Brasiliense.
- _____. **A educação como cultura.** São Paulo : Brasiliense, 1985.
- _____. **Educação Popular.** São Paulo : Brasiliense, 1984.
- _____(Org.) **A questão política da educação popular.** São Paulo : Brasiliense, 1980.
- _____(Org.) **Lições da Nicarágua:** a experiência da esperança. Campinas/SP: Papirus,
- 1987._____**Pensar a prática: escritos de viagem e estudos sobre a educação.** São Paulo: Loyola, 1984.
- _____(Org.) **O Educador: vida e morte.** Rio de Janeiro : Graal, 1982.
- FAUSTINO, Rosângela Célia. **A Política da Diversidade Cultural e da Inclusão das Minorias Étnicas na Sociedade Globalizada.** In CHAVES, Marta; BARROCO, Sonia Mari Shima & FAUSTINO, Rosângela Célia. (Org.). *Intervenções Pedagógicas na Educação Escolar Indígena 2010*, 2^o edição, UEM, p. 07 – 11.

FREITAG, B; MOTTA, V; COSTA, W. **O Livro Didático em Questão**. São Paulo, Cortez, 1997.

MOREIRA, Antônio Flávio. CANDAU, Vera Maria. **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

PASSOS, J. C. dos. **Jovens Negros: trajetórias escolares, desigualdades e racismo** – UFSC e NEN - <http://www.anped.org.br/reunoes/29ra/trabalhos/trabalho/GT21-1846-Res.pdf>

SANTOS, Janete dos. **A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 11.645/08 NAS PRÁTICAS ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPO GRANDE, MS**.

In:

<http://www.neppi.org/anais/Educa%20E3o%20b%20sica/A%20implementa%20ao%20da%20lei%2011.645%2008%20nas%20praticas%20escolares%20da%20rece%20municipal.pdf>

SILVA, Aracy Lopes da; FERREIRA, Mariana Kawall Leal. (org.) **Antropologia, História e Educação: a questão indígena na escola**. São Paulo: Global, 2001.

SILVA, Ana Célia da. A Desconstrução da Discriminação no Livro Didático. In: MUNANGA, Kabengele. **Superando o Racismo na Escola**. Brasília: Ministério da Educação, 2005, p- 21-38.